DECLARAÇÃO POLÍTICA DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES SOBRE AS MEDIDAS DE AUSTERIDADE

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

José Sócrates e Teixeira dos Santos vieram recentemente ao prime-time da televisão nacional oferecer, à hora de jantar dos portugueses, as mais amargas notícias.

Como aperitivo serviram-nos o congelamento de salários e pensões, a redução das prestações sociais, o corte no abono de família, a restrição nas comparticipações dos medicamentos, a revisão das deduções à colecta e dos benefícios fiscais.

Mas o prato principal que nos guardavam foi ainda mais difícil de tragar: o roubo nos salários dos trabalhadores da função pública, o aumento do IVA – o mais injusto dos impostos! – e a revisão das suas tabelas, a paralisação do investimento público, a redução das indemnizações compensatórias às empresas que prestam serviços públicos. Serviram também, mas a correr, difusa e confusamente, uma suposta contribuição imposta ao sector financeiro, da qual não voltámos a ouvir e de que nada mais se sabe.

E, para o caso de os portugueses ainda terem apetite para tanto, guardaram para a sobremesa a redução das transferências do Orçamento de Estado para as Autarquias e, ainda mais grave, para as Regiões Autónomas.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

É isto que o Governo do PS, com o apoio do PSD, tem para nos oferecer: medidas que resultarão em mais desemprego, mais pobreza, maiores desigualdades sociais, a quebra do poder de compra e a ruína das pequenas e médias empresas, o

cavar da profunda recessão em que nos afundamos, o crescimento incontrolável do endividamento nacional e da dependência externa. É este o fruto acre da política de direita que o PS e o PSD querem que os portugueses continuem resignadamente a engolir.

E por isso falam de supostas inevitabilidades. E por isso acenam com o fantasma da neurastenia dos mercados e com sinistros "ataques especulativos" de que ninguém é autor.

E por isso falam da crise com tons de misticismo, como se fosse um cataclismo inesperado que nos caiu do céu. Para o PS e para o PSD a crise é útil. Deu-lhes o subterfúgio necessário para destruírem, como sempre ambicionaram fazer, o Estado Social nascido da Revolução de Abril.

Do que não falam é das suas próprias responsabilidades na destruição do nosso aparelho produtivo e consequente défice comercial. Não falam no aumento da dependência externa, no endividamento descontrolado de que foram autores e impulsionadores entusiastas. Não falam – nem pensar! – na continua e permanente perda de poder de compra dos portugueses que arruína as nossas pequenas e médias empresas.

Não falam das ruinosas parcerias público-privadas, das privatizações de empresas públicas rentáveis, dos benefícios fiscais que permitem que a banca pague uma taxa efectiva de IRC a rondar os 10% ou dos muitos – quantos? – milhões de euros perdidos para a receita fiscal através do off-shore da Madeira. Não! Esses assuntos não estavam no cardápio que o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças tinham para nos servir nessa noite.

Sobretudo o que o PS, mas também o PSD, não querem falar é do abismo para onde nos conduziram e onde nos pretendem afundar ainda mais.

Porque é fatalmente isso que vai acontecer em resultado desta política e do seu agravamento. As medidas anunciadas não vão resolver nenhum – nem um! – dos problemas do país. Pelo contrário, vão agravá-los e os portugueses podem já esperar o próximo PEC – o PEC 4, neste caso – para o próximo trimestre.

Não resolvem porque em vez de inverter, agravam os nossos défices estruturais.

Não resolvem porque num momento em necessitamos de estimular a nossa economia, de aumentar a produção nacional de dinamizar o mercado interno, empurram-nos para a recessão.

Não resolvem porque em vez de olharem de frente os nosso problemas, vivem obcecados pela cegueira das metas orçamentais que lhes são impostas do estrangeiro, no que é uma vergonhosa atitude de traição ao povo e ao país e de capitulação perante os interesses especulativos internacionais que, quanto mais cedemos, mais nos exigem.

Não resolvem porque PS e PSD não têm nenhuma solução para o nosso desenvolvimento e para o bem-estar dos portugueses, apenas a repetição das mesmas receitas, medidas e orientações que tantos sacrifícios têm imposto ao povo português.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Nos Açores o impacto destas medidas poderá ser ainda mais destrutivo e pôr em cheque todo o esforço de desenvolvimento regional dos últimos anos.

Os baixos rendimentos e baixos salários e o grau de incidência do salário mínimo, garantem-nos que serão os trabalhadores açorianos a ver reduzir-se ainda mais o seu poder de compra e a degradarem-se as suas condições de vida. São eles que irão sofrer em cheio o impacto destas medidas.

A fragilidade das nossas empresas e a reduzida dimensão dos nossos mercados garantem-nos mais encerramentos, mais recessão e o aumento do flagelo do desemprego.

Numa Região como a nossa, com um elevado grau de dependência do investimento público, os cortes anunciados destruirão ainda mais empregos e empresas, arrastar-nos-ão fatalmente ainda mais para os braços de um abismo sem saída.

Faial: Rua Marcelino Lima – 9901-858 HORTA tel: 292 207 638 fax: 292 293 536
mail: rppcpfaial@alra.pt
São Miguel: Rua José M R Amaral, 9500 Ponta Delgada tel: 296 204 249 fax: 296 308 421
mail: rppcpsmiguel@alra.pt

Perante isto, o PS Açores procura chutar para canto, usando a sua táctica habitual:

Quando se tratam de grandes promessas e obras, aplaudem José Sócrates, mas quando, como neste e noutros casos, se tratam de decisões negativas para os Açores, derramam algumas lágrimas de crocodilo e assobiam para o lado. Ás vezes são do PS, mas quando dá jeito já não têm nada a ver com o PS! Isto é uma política de duas caras: uma na República, outra nos Açores.

Não, Senhores Deputados! Não podem aliviar-se deste ónus, nem evitar a responsabilidade por estas opções que são vossas, inteiramente vossas e pelas quais o Povo Açoriano não deixará de vos julgar!

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Nós não nos resignamos a ter de engolir os frutos amargos da política de direita. Reafirmamos que há um outro rumo e uma outra política para responder aos problemas com que o país se confronta.

Um rumo que enfrente as pressões e não soçobre perante a ingerência externa. Um rumo que imponha uma política fiscal orientada para ir buscar recursos ao inesgotável cofre de lucros construídos sobre a especulação financeira, a usura das taxas de juro e a cada vez mais intensa exploração do trabalho.

Um rumo que defenda e dinamize a produção nacional e a aparelho produtivo enquanto condição para aumentar a riqueza nacional, desenvolver as exportações, reduzir as importações, diminuir o défice e o endividamento externos.

Um rumo que aposte na valorização dos salários (desde logo o salário mínimo nacional, cumprindo o acordo estabelecido e aumentando o seu valor para 600 euros em 2013) e pensões e no investimento público enquanto factor de dinamização

económica e de garantia da protecção social, indispensáveis para dinamizar o mercado interno, garantir a subsistência das pequenas e média empresas, combater o desemprego.

Um rumo que contraponha ao declínio económico e retrocesso social que a política de direita semeou, a concretização de uma outra política, patriótica e de esquerda, indispensável à construção de um país desenvolvido, de progresso e soberano.

Por isso, contra a descrença, o desânimo, o fatalismo, o PCP irá propor, na Região como na República, as medidas que apontem este rumo alternativo que os Açores e Portugal precisam.

Não só é possível, como é absolutamente necessário travar este caminho ruinoso para o qual PS e PSD nos arrastam. Usamos, por isso, esta tribuna para apelar a todas as açorianas e a todos os açorianos para que não se resignem. Protestem. Façam ouvir a vossa própria voz, participando na Greve Geral de dia 24 de Novembro. Só a força unida dos portugueses poderá travar esta ofensiva e salvar o país do abismo para onde foi empurrado. Todos não seremos demais para esse objectivo. O PCP lá estará, firmemente, ao lado dos que lutam pela salvação nacional.

Disse.

O Deputado Regional do PCP Açores

_____

(Aníbal Pires)

Faial: Rua Marcelino Lima – 9901-858 HORTA tel: 292 207 638 fax: 292 293 536
mail: rppcpfaial@alra.pt
São Miguel: Rua José M R Amaral, 9500 Ponta Delgada tel: 296 204 249 fax: 296 308 421
mail: rppcpsmiguel@alra.pt